



IV Colóquio Internacional

A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores

7, 8 e 9 de junho de 2017

Universidade Federal de Pelotas - Pelotas - RS - Brasil



A CASA-SEDE DA FAZENDA DA TAFONA: ORGANIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DE UMA VIVENDA LUSO-BRASILEIRA

Ciane Luísa Junges

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo / Universidade Federal de Santa Maria – Campus Cachoeira do Sul
cianejunges@gmail.com

Leonardo Ivo Gomes de Franceschi

Graduando em Arquitetura e Urbanismo / Universidade Federal de Santa Maria – Campus Cachoeira do Sul
leonardogfranceschi@gmail.com

Ana Rita Pereira Wollmann

Profa. MSc. Engenheira Civil / Universidade Federal de Santa Maria – Campus Cachoeira do Sul
anaritaw@gmail.com

Mateus Rosada

Prof. Dr. Arquiteto e Urbanista / Universidade Federal de Santa Maria – Campus Cachoeira do Sul
mateus.rosada@ufsm.br

Um olhar atento à trajetória da casa estancieira pode sugerir uma interpretação de sua evolução como produto regional. Essa arquitetura parece ter atingido seu apogeu de inteligência empírica em meados do século XIX, através de uma experimentação prática que incluía apropriação de materiais locais e métodos construtivos compatíveis com esses materiais (LUCCAS, 2003, p.113).

A Estância São José localiza-se no distrito de Cordilheira, em Cachoeira do Sul e está diretamente ligada com a formação do município. É conhecida como Fazenda da Tafona, por possuir até os dias atuais uma tafona (engenho para moenda de mandioca e produção de farinha) original, dos tempos de sua construção. O histórico da família proprietária está relativamente bem documentado, o que nos permite elaborar uma interessante análise sobre os modos de vida e a relação entre os moradores da casa-sede e a construção.

João Pereira Fortes e a ocupação do território

A Fazenda da Tafona possui uma história que se confunde com a formação de Rio Pardo e de Cachoeira do Sul, dois dos municípios mais antigos do território gaúcho. Inicia-se

com a chegada na região, na década de 1750¹, de João Pereira Teixeira d'Águeda, açoriano da Vila do Topo, na Ilha de São Jorge. Por esse período, o chamado Continente de São Pedro passava por profundas transformações, decorrentes dos desdobramentos do tratado de Madri (1750), com a ocupação do território pelos portugueses e grandes embates com os espanhóis pelo interior. O avanço pelo território se deu especialmente por via aquática, antes de serem abertas as vias terrestres mais bem estruturadas. Por isso, os municípios mais antigos do Estado surgiram próximos à costa, aos lagos e lagunas e subindo-se o Rio Jacuí, à época chamado de Rio Guaíba.

A posse da terra se dava através da concessão de sesmarias régias: o governo da metrópole concedia grandes glebas de terra a povoadores que possuíam capacidade econômica ou militar para defendê-las, como forma de assegurar o controle português no território. As sesmarias constituíam-se de grandes extensões de terra, com dimensões que iam de uma légua (6.660m) quadrada para mais, em formato que era, teoricamente, quadrado ou retangular, mas que na prática acabava por se limitar pelos cursos d'água e acidentes geográficos. Em meados de século XVIII, as concessões passam a se dar no território não explorado a leste da capital, ao longo do Vale do Jacuí. Um dos sesmeiros foi João Pereira d'Águeda, que atuou como combatente nas milícias provisórias e auxiliou também na construção do forte rio-pardense de Jesus-Maria-José. Acabou por mudar o sobrenome, após esse trabalho, para João Pereira Fortes. Recebeu, juntamente com seus irmãos Antônio e Miguel, uma imensa faixa de terras na margem esquerda do Rio Jacuí, abrangendo partes dos atuais municípios de Rio Pardo e Cachoeira do Sul (RITZEL, 2012, p.07). Recebeu, ainda, no mês de abril do ano de 1794, a concessão da sesmaria situada entre os rios Piquiri e Jacuí, fundando, nessas terras, a Estância da Boa Vista (RIO GRANDE DO SUL, 1995, p.308).

Tempos antes, em 1755, Pereira Fortes se casou-se com Eugenia Rosa Ribeiro, também açoriana, e o casal teve onze filhos: Joana Rosa, Gertrudes Rosa, Catharina Antônia, Escolástica Joaquina, Eugenia Rosa, Rosa Joaquina, Maria Santa, Ricardo Antônio, João, Antônio e Floriana. No seu inventário, feito logo depois do falecimento de sua esposa, em 1812, está descrita a existência da chácara que habitava, de edificações de moradia, uma tafona, equipamentos de moenda de farinha de mandioca, plantações de mandioca, bois tafoneiros (força motriz para o maquinário) e escravos tafoneiros (especializados na produção de farinha). Também são descritos alguns milhares de cabeças de gado bovino, centenas de

¹ O registro mais antigo conhecido da presença de João Pereira d'Águeda no Brasil é seu casamento com Eugênia Rosa Ribeiro em Rio Pardo, no ano de 1755.

equinos, ovinos e muares, além de plantações de trigo e outras propriedades de terra (SILVA, 2004).

Segundo tradição oral da família proprietária (SILVA, 2017), a tafona descrita no inventário (e também no testamento de Eugênia Rosa, um ano anterior a este) seria a que se mantém até os dias de hoje na Estância São José e é possível que seja vários anos anterior a isso, uma vez que em 1783 João Pereira Fortes estabeleceu sociedade com Mateus Simões Pires e, no contrato, estava declarado que possuíam, individualmente, diversas propriedades, sendo mencionada uma tafona em comum que se imagina ser o mesmo engenho de farinha do testamento. Assim, antes mesmo da existência de uma casa-sede, é bastante possível que já houvesse naquelas paragens a conhecida tafona.

As terras que hoje formam a Estância São José eram parte da imensa sesmaria de Pereira Fortes e foram concedidas, por testamento e dote, à filha Rosa Joaquina, casada em 1798 em Rio Pardo com o norte-português José Vieira da Cunha, conforme a certidão de matrimônio que se segue:

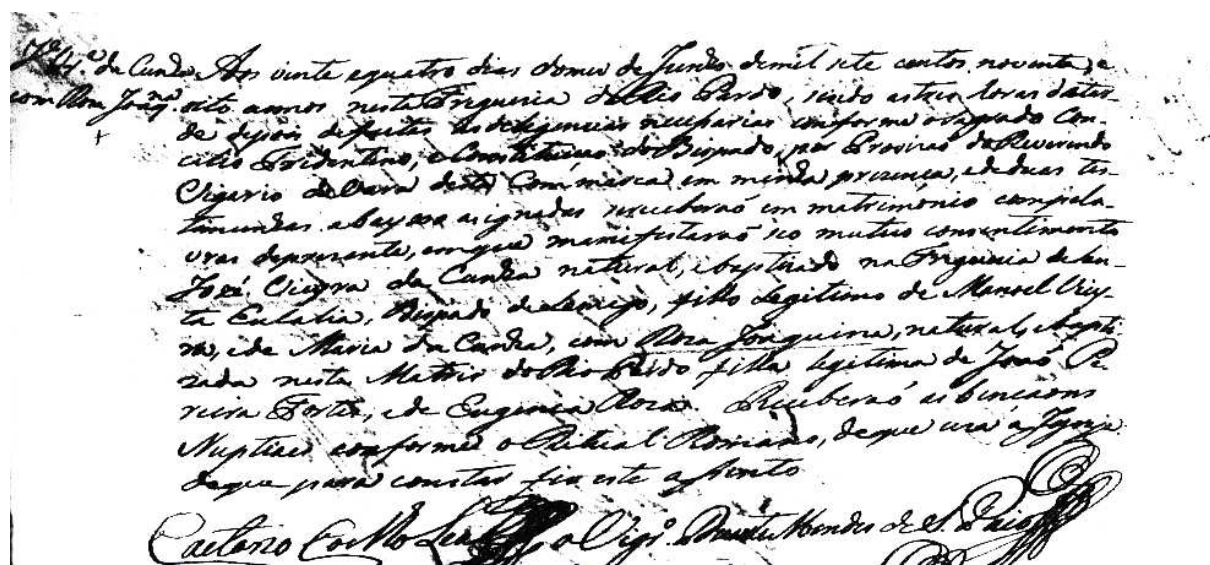


Figura 1: Certidão do casamento de José Vieira da Cunha com Rosa Joaquina. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo (1798). Fonte: PARÓQUIA, 1798.

A primeira geração da Tafona: Rosa Joaquina e José Vieira da Cunha

José Vieira da Cunha era natural da Freguesia de Santa Eulália, no Bispado de Lamego, na região norte de Portugal, e cremos que de lá tenha trazido influências que reverberaram na forma e na distribuição de espaços da casa-sede da Estância São José. Ou

seja, se de um lado temos o conhecimento dos Pereira Fortes, açorianos, de outro, temos o dos Vieira da Cunha, portuenses.



Figura 2: Imagem mais antiga da sede da fazenda, por ocasião de um passeio ciclístico (1909).
Foto: Acervo de Maria Irtília Vieira da Cunha Silva.

José veio para a província do Rio Grande e trabalhou como caixeiro, comercializando, além dos produtos mais comuns, mercadorias provenientes de pilhagens de fazendas disputadas por espanhóis e portugueses, as conhecidas farinhas de guerra (SILVA, 2017). Segundo relatos da família proprietária, teria construído, junto com sua esposa, a sede da Estância São José perto do ano de 1813, logo depois do inventário de seu sogro, que concedeu de herança a Rosa Joaquina as terras que conformaram a propriedade. No entanto, é possível que a sede seja mais antiga e tenha sido construída logo depois do casamento de José e Rosa, em 1798, e que o testamento apenas tenha oficializado a posse de uma parte da sesmaria dos Pereira Fortes que já era ocupada de fato pela família formada por Rosa Joaquina, com seus sete filhos (Liberato, Florisbela, Pampilho, Isabel, Hermelinda, Teobaldo e Israel) e alguns agregados.



Figura 3: Provável contorno da casa-sede e da tafona em sua primeira conformação, 1813 ou anterior.
 Desenho: Marcele Marin, Elisa Fontoura, Leonardo Franceschi e Mateus Rosada, 2017.

Por não ser, inicialmente, homem de grandes posses, dado que era caixeiro, acreditamos que a sede construída por José Vieira da Cunha tenha tido dimensões mais acanhadas e que foi sendo ampliada sucessivamente. O telhado rebaixado, estendido, da parte da sala de jantar, nos faz crer que a casa tenha sido, inicialmente, retangular, acompanhando o perímetro do telhado do corpo principal, que se apoia em paredes de 45cm de espessura, conforme a planta que destacamos acima, possuindo, talvez, um corpo destacado, em “L”, para a cozinha. Dentro dessa hipótese, a varanda da casa, onde se davam os trabalhos domésticos e as refeições, também deveria ocupar uma área dentro do corpo principal, que teria uma distribuição interna um pouco diferente da atual.

Nesta geração há registros de diversos integrantes da família habitando a sede da fazenda, como Hilário Pereira Fortes (Barão do Viamão) e o médico José Pereira Goulart, junto aos ramos principais da família, comportando grande quantidade de moradores. Sendo possivelmente ainda do segundo quartel do século XIX, a ampliação da morada, com a construção do “puxado” no telhado e criação da varanda/sala de jantar atual, com paredes externas da mesma espessura das do corpo principal e inicial da casa, ainda com cozinha externa ou dentro do retângulo da sede, conforme figura que se segue.



Figura 4: Provável contorno da casa-sede e da tafona em sua segunda conformação, posterior a 1813.
 Desenho: Marcelle Marin, Elisa Fontoura, Leonardo Franceschi e Mateus Rosada, 2017.

A segunda geração: Pamphilo e Clara Vieira da Cunha

Os sucessores de José e Rosa Vieira da Cunha seriam um retrato muito bem acabado do costume luso-brasileiro de casamentos entre parentes, muito difundido pelas famílias para manutenção dos bens dentro do núcleo familiar. Isso se deu por dois casamentos entre parentes ocorridos na mesma geração.

O primeiro casamento interparental dos Vieira da Cunha ocorreu com a união do primogênito de José e Rosa, Liberato que, enviuvado de sua esposa Marianna, contrai segundo matrimônio com sua prima Maria Vieira da Cruz Brilhante (filha do irmão de José, Manoel Vieira da Cunha), também viúva (com primeiro casamento com Manoel Antônio da Cruz Brilhante), já mãe de cinco filhos, dos quais três vieram morar na Fazenda da Tafona.

Ocorre que uma das filhas mais novas do primeiro casamento de Maria, Clara Vieira da Cruz Brilhante, então enteada de Liberato, casou-se com o irmão deste, Pamphilo Vieira da Cunha, 14 anos mais velho que ela (SILVA, 2017). Assim, Pamphilo tornou-se esposo de sua prima em segundo grau, cunhado de seus primos-sobrinhos, genro de sua prima-cunhada e de seu próprio irmão, num exemplo de como chegavam a ser imbricadas, complexas e até divertidas as uniões interparentais no Brasil do século XIX. Liberato e Clara tiveram cinco filhos: Liberato Sobrinho, Ritta, Maria Amália, Itelvina e José Sebastião Vieira da Cunha.

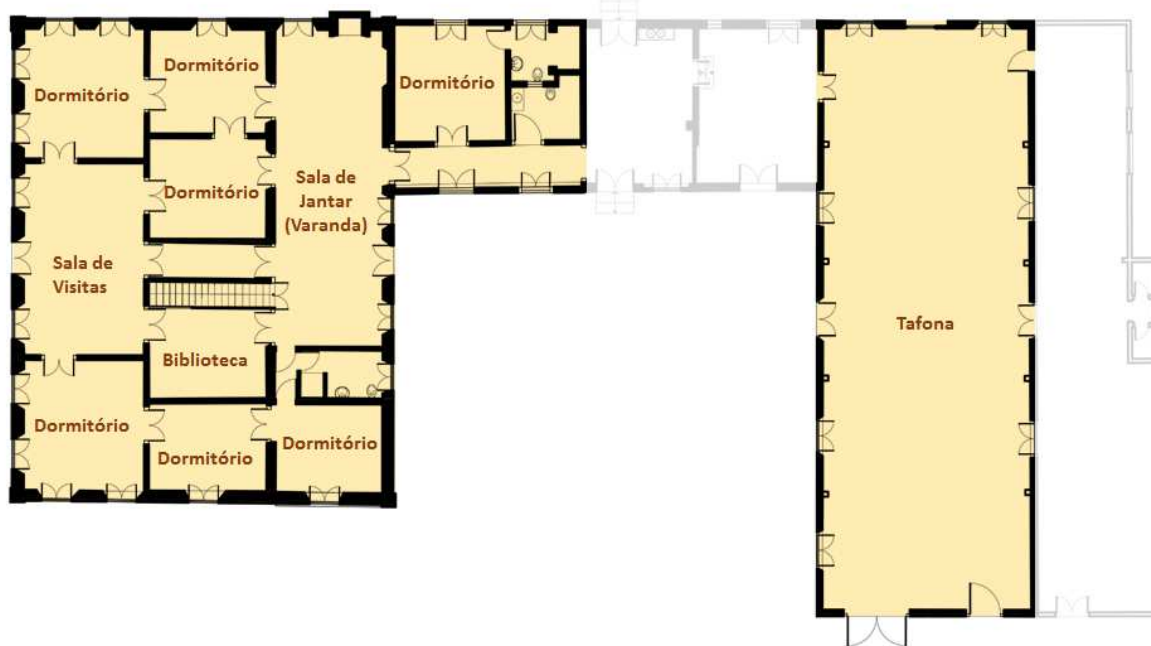


Figura 5: Provável contorno da casa-sede e da tafona em sua terceira conformação, do século XIX.
 Desenho: Marcele Marin, Elisa Fontoura, Leonardo Franceschi e Mateus Rosada, 2017.

A terceira geração da Tafona: José Sebastião Vieira da Cunha

José Sebastião, filho de Clara e Pamphilo, é o proprietário de quem há mais vestígios ainda presentes na fazenda. Nasceu em 1846, sobrinho da proprietária da fazenda no período, Anna Vieira da Cruz Brilhante (irmã mais velha de Clara), em 1866 vai para o Rio de Janeiro, para servir ao exército na Guerra do Paraguai, mas sua tia consegue um substituto para ir em seu lugar. Sebastião mantém-se trabalhando em um estabelecimento comercial na capital do império até 1869, quando retorna a Cachoeira do Sul por motivo do falecimento de seu pai, para assumir os negócios da fazenda de criação de gado da tia, que eram responsabilidade de Pamphilo. José Sebastião, como herdeiro universal de Anna Vieira da Cruz Brilhante, torna-se o proprietário da estância (RITZEL, 2012, p.5). Em 1870, casa-se com a prima (mais um casamento interparental!) Maria Manoela Pereira e com ela tem dez filhos: Pamphilo, Emília, Afonso, Eduardo, Hermínia, Maria, Manoel, Hugo, Julieta e Marieta. Ainda que com uma família tão numerosa, não há documentos ou mesmo indícios na construção que indiquem que José Sebastião tenha realizado alguma modificação significativa na casa-sede.

No fim do século, a abolição da escravatura atingiu fortemente a produção da tafona da Estância São José e José Sebastião decidiu por encerrar as atividades do engenho de farinha alguns anos depois, em 1895 (SILVA, 2017). A produção de farinha foi descontinuada, mas o galpão e o maquinário se mantiveram, ainda que sem uso. A fazenda

continuou a criar gado e a ter outras culturas de menor importância econômica. Quando da morte de José Sebastião, em 1916, a estância se constituía de uma légua de campos à margem do rio Piquiri, ocupados com a criação de aproximadamente três mil cabeças de gado. Também se extraiu carbonato de cálcio em pequena escala, devido às dificuldades no transporte (RITZEL, 2012, p.7).

A fazenda dividida: a sede sob Emília Vieira da Cunha

Com a morte de José Sebastião, a fazenda foi dividida em várias partes entre os herdeiros. A seção que abriga a casa-sede e a tafona ficou com a segunda dos onze filhos de José Sebastião e Maria Manoela: Emília Vieira da Cunha, nascida em 1872, conhecida por Miloca. Com a tafona desativada na última década do oitocentos e as divisões, a atividade na Estância São José diminuiu, assim como as modificações no casarão. Muitos membros da família se mudaram para a cidade e a casa passou a ter muito poucos moradores, uma vez que Emília permaneceu solteira, sem filhos. Residiram na sede, além de Miloca, a cozinheira Crescência, negra, ex-escrava, e a empregada Xandica, índia que fôra dada de presente a Emília quando esta nasceu.

De posse de uma fazenda diminuída, que lhe proporcionava poucos rendimentos, e habitando uma sede de mais de 350m² (somente a casa, excetuando-se a área da tafona), Emília pouco conseguiu realizar de reparos, e a edificação passou por um longo processo de deterioração no período de cinquenta anos entre a morte de seu pai, em 1916, e seu falecimento, em 1966. O casarão, no entanto, apesar de passar a ter poucos residentes, continuou a ser o local de reunião da numerosa família Vieira da Cunha: Miloca tinha 28 sobrinhos, afora irmãos, cunhados, e os filhos dos sobrinhos, que visitavam-na e se reuniam com certa frequência (SILVA, 2017). Para receber tanta gente, algumas obras foram feitas: parecem ser intervenções dos tempos de Miloca a ampliação do “L” da casa, transformando a antiga cozinha em dormitório e criando as cozinhas limpa e suja. Nessas obras, a casa uniu-se à unidade de produção, conformando uma edificação em formato de “C”. Alguns sinais da construção nos levam a acreditar que essa ampliação é a mais recente e foi realizada no século XX: há dois oitões separando o telhado das cozinhas do restante da casa, indicando que a sede antes acabava ali, além do uso, no telhado, de madeiras em bitolas industrializadas, de seção retangular (o madeiramento artesanal, do século XIX, tinha seções próximas ao quadrado).

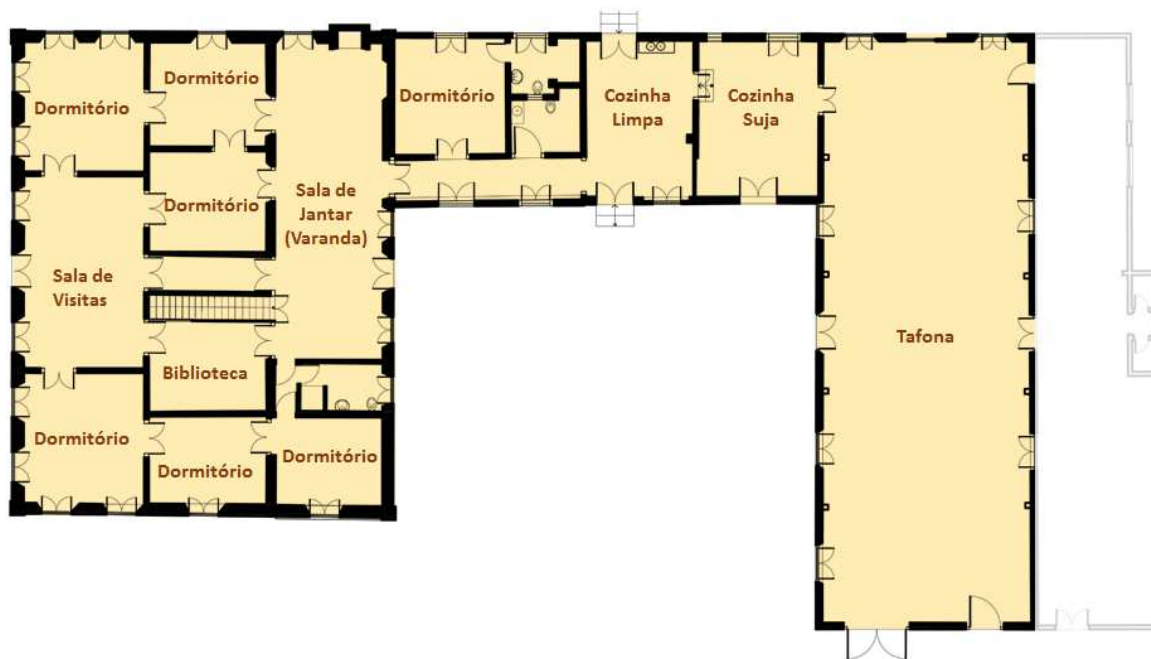


Figura 6: Conformação da sede e da tafona após as ampliações do século XX.
 Desenho: Marcelle Marin, Elisa Fontoura, Leonardo Franceschi e Mateus Rosada, 2017.

Emília era extremamente religiosa e acabou por doar alguns bens da fazenda para a Igreja. Na Década de 1950 redigiu testamento no qual deixava todos os 58 hectares restantes da fazenda à Capela de São José, próxima à propriedade, o que lhe valeu uma audiência com o Papa. A proprietária da Tafona vendeu algumas terras que tinha e fez uma excursão religiosa, passando por Lourdes, Fátima e, por fim, Roma, onde se encontrou com Pio XII, que a concedeu uma indulgência, perdoadando a ela e a algumas gerações de sua família.

Quando já estava bastante idosa, Emília sofreu uma queda em casa e quebrou o fêmur. Foi socorrida por sua sobrinha e afilhada Gemina Vieira da Cunha Silva, filha de seu irmão Eduardo, e foi levada para a cidade, onde poderia ter maiores cuidados médicos, e não mais residiu na Fazenda da Tafona. Durante o período em que viveu na cidade, sua sobrinha a convenceu a vender-lhe a fazenda. Em 1962, o testamento foi desfeito e realizou-se uma permuta com a área 58 hectares antes prometidos à Igreja: a fazenda foi adquirida por Gemina e utilizaram-se de 4 hectares resultantes das divisões por herança, o chamado “Farelinho”, para doar à capela e à prefeitura. No terreno foi construída a Escola Municipal de Educação Fundamental Emília Vieira da Cunha, a Igreja São José e a Associação dos Amigos da Porteira Sete, ao lado da atual propriedade.

Quando Miloca faleceu, no alto de seus 94 anos, em 1966, a casa-sede já se encontrava em avançado estado de deterioração: muitas goteiras, poucos ambientes ainda possuíam forro, vidros quebrados e uma parede, no corredor das cozinhas, inclinada e escorada com madeiras.

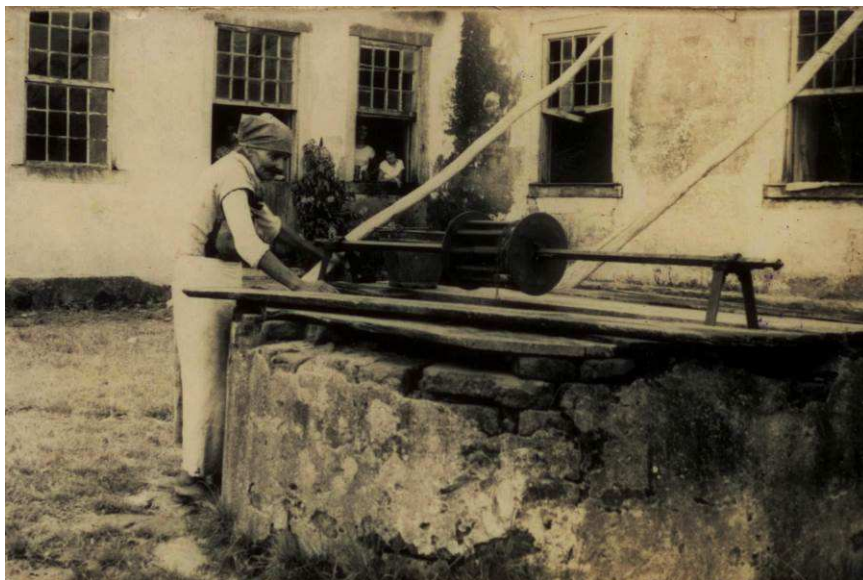


Figura 7: A índia Xandica retira água do poço. Ao fundo, a parede escorada com vigas de madeira (ca.1960).
Foto: acervo de Maria Irtília Vieira da Cunha.

A quinta geração recupera a sede: Gemina Vieira da Cunha Silva

Em 1962, Gemina Vieira da Cunha Silva e seu marido, Sylvio Martins da Silva, haviam adquirido a Fazenda da Tafona de Emília. Como nova proprietária da Tafona, foi ela a grande “culpada” pela preservação da casa e de seu entorno. E, de fato, por continuar vivendo na cidade, agora o fato de a totalidade da área da propriedade ter reduzido com a divisão entre os herdeiros foi um fator que auxiliou na preservação da casa-sede e da tafona, uma vez que a fonte de renda que a manteve não dependia apenas do que se produzia na fazenda, mas das atividades urbanas dos proprietários. Gemina nutria, desde pequena, grande carinho pela fazenda de sua família, e contou em depoimentos que passava as férias na Estância São José, junto com sua mãe e com toda a família dos irmãos de seu pai. Foi também no casarão da Tafona que passou a sua lua-de-mel quando se casou com Sylvio.

Na época em que o casal adquiriu a propriedade, a casa-sede estava em condições bastante precárias. Sylvio e Gemina se viram obrigados a substituir muitos materiais e elementos construtivos que estavam deteriorados por outros, procurando manter, dentro do possível, o aspecto da casa. Durante alguns anos, realizaram as seguintes obras (SILVA, 2017):

- Troca de quase todo o reboco da casa;
- Substituição de parte das telhas originais por outras de mesmo modelo, compradas de algumas demolições;
- Troca de todo o ripamento do telhado e substituição de uma parte do caibramento;
- Demolição e reconstrução da parede do corredor da cozinha, que estava caindo;
- Instalação de novos forros de madeira na sede, mantendo o da sala de visitas, único remanescente;
- Troca de todo o assoalho e instalação de piso de pedra na sala de jantar;
- Construção de calçadas externas;
- Pintura das esquadrias, que se encontravam na madeira nua;
- Troca das guilhotinas das janelas da frente da casa por folhas de vidro pivotantes;
- Reforço da estrutura do telhado da tafona, que estava cedendo, com a inserção de pilares de madeira.

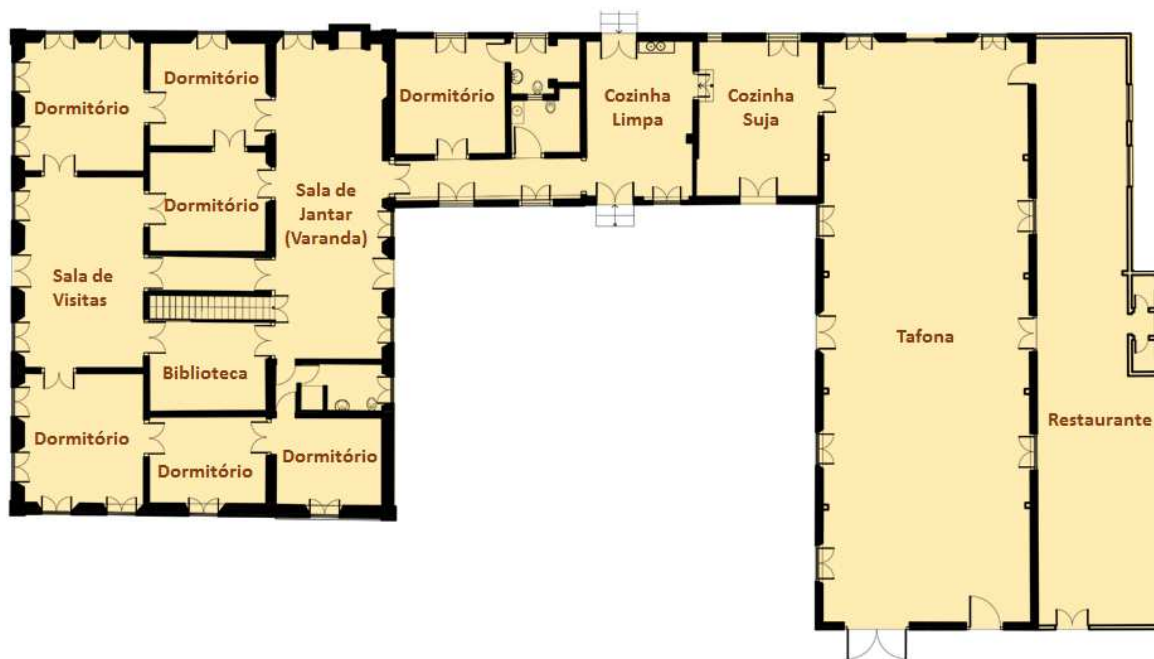


Figura 8: Conformação atual da sede e da tafona, com o restaurante edificado em anexo à tafona por Gemina Vieira da Cunha na década de 1990.

Desenho: Marcele Marin, Elisa Fontoura, Leonardo Franceschi e Mateus Rosada, 2017.

Nos anos 1990, Gemina iniciou um processo para dotar a fazenda da Tafona de estrutura para receber turistas e se tornar mais viável economicamente. Por essa época, foram construídos um restaurante anexo à tafona e uma piscina no jardim (atualmente enterrada).

Em 2001, a casa da Fazenda da Tafona foi oficialmente convertida em museu, como Casa de Memória, e inscrita junto ao Sistema Estadual de Museus. Por cerca de 8 anos foram

desenvolvidos projetos educativos, com visitas guiadas de estudantes, em intercâmbio com as escolas locais. Com o avanço da idade e já viúva, Gemina teve que deixar de lado as atividades na fazenda, mudando-se para a cidade, mas continuando seu empenho pelo reconhecimento da Estância São José como local de interesse histórico e cultural. Com iniciativa e apoio da proprietária, a casa-sede e a tafona foram tombadas em conjunto (uma vez que são hoje a mesma edificação) pelo COMPAHC (Conselho de Patrimônio Histórico e Cultural de Cachoeira do Sul) como patrimônio histórico do município, no ano de 2012, ato felizmente acompanhado por Gemina, que contava à época, com 97 anos de idade. Gemina viria a falecer dois anos mais tarde.

A preservação na sexta geração: Maria Irtília Vieira da Cunha Silva

O casal Sylvio e Gemina teve cinco filhos: Flavio, Luís Felipe, Arnaldo, Carlos Alberto e Maria Irtília, dos quais a última, conhecida por Marô, tomou para si a obrigação de continuar o trabalho de preservação da propriedade da família.

Maria Irtília Vieira da Cunha Silva e seu marido, Marco Aurélio de Castro Schntz se empenharam para que a sede e a tafona se mantivessem e para que a fazenda fosse reconhecida como patrimônio cultural em instâncias maiores, solicitando seu tombamento pelo IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul). O processo, iniciado em 2013, levou 3 anos para ser concluído, sendo o conjunto da Fazenda da Tafona tombado em 18 de novembro de 2016, com parecer reconhecendo o valor dos traços luso-brasileiros mantidos na edificação:

Mesmo com diversas mudanças e adaptações que ocorreram ao longo destes anos, nela mantiveram-se marcas da ocupação lusitana e da forte presença do trabalho escravo com traços culturais que foram entremeando-se e passando de geração em geração. Hoje esses traços são percebidos não só nas características arquitetônicas observadas na casa principal e na atafona, mas também nos objetos, nas obras de arte, nas imagens e nos documentos que compõem um rico acervo formado, preservado ao longo dos anos e mantido sob a guarda da família (ZAMIN, 2016, p.04).

A casa-sede, com oito quartos e mais de 350 m², em conjunto com a Tafona de 180m² cujo maquinário bicentenário se mantém preservado, conformam-se como um raro conjunto de casa e local de produção interligados, que possui características que ainda subsistem no interior de Portugal.



Figura 9: Aspecto da sede no dia do ato de tombamento estadual (2016). Foto: Mateus Rosada.

Os proprietários vêm trabalhando na adequação do local para incrementar novamente as visitas de estudantes, oportunizando-lhes conhecimentos sobre a ocupação do território e também sobre a o período da escravidão, já que a Tafona é um engenho que produziu até a abolição da escravatura. Certamente maquinário só permaneceu em seu lugar de origem porque as terras no entorno foram reduzidas com as divisões entre herdeiros e, assim, esse espaço foi utilizado apenas como depósito, sem uso para outras atividades econômicas. Caso isso não tivesse acontecido, certamente as peças do engenho não teriam sido preservadas.

Os proprietários ainda buscaram apoio do poder público municipal, obtendo o cadastramento da Fazenda da Tafona como ponto turístico da região central do Rio Grande do Sul pela Secretaria Estadual de Turismo. Há, ainda, projetos de modernização da casa-sede e da tafona, buscando manter as características da edificação, com a de sistema fotovoltaico para gerar energia, câmeras de segurança e bombeamento mecânico de água, com a reorganização de sua distribuição e uso.

O convênio com a Universidade Federal de Santa Maria - Campus Cachoeira do Sul

Uma das iniciativas tomadas pelos proprietários foi o contato com docentes do Campus Cachoeira do Sul, da UFSM, para auxílio em um projeto de restauro para o local, em projeto de extensão que se iniciou em 2016. O projeto, intitulado “Fazenda da Tafona: Uma viagem ao mundo da memória do Rio Grande do Sul” conta atualmente com quatro professores e sete estudantes colaboradores. O trabalho desenvolvido visa analisar a arquitetura, composição, tipologia e relação com o entorno da edificação principal da fazenda (casa-sede e tafona) e avaliar o comportamento estrutural e o estado geral da edificação, identificando reformas e detalhando as áreas lesionadas.

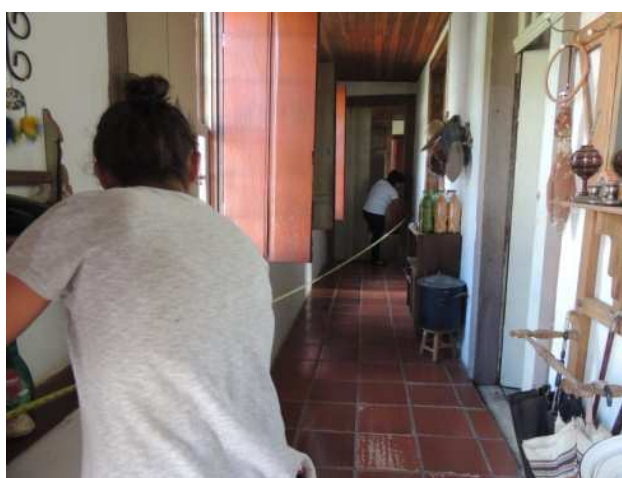


Figura 10: Levantamento métrico realizado por alunos e professores (2017). Foto: Ana Rita Pereira Wollmann.



Figura 11: Levantamento métrico realizado por alunos e professores (2017). Foto: Ana Rita Pereira Wollmann.

Conclusão, ou uma casa que conta histórias

A trajetória da casa-sede da Estância São José, popularmente conhecida por Fazenda da Tafona, é um rico exemplo de como viviam escravos e senhores do passado colonial e

imperial, assim como um testemunho construído dos costumes das famílias proprietárias de terras de um Rio Grande do Sul em formação.

A edificação da sede, ainda, apresenta-se como um documento vivo que testemunha vários momentos e fases de uma família em específico, os Vieira da Cunha, reflexo de todo um sistema de modos de viver e habitar luso-brasileiro nas frias terras do sul do Brasil. A pesquisa e a análise da estruturada da edificação, suas paredes, janelas e madeiramento do telhado, têm possibilitado compreender a materialidade, a forma de construir e resolver desafios estruturais e as modificações e fases da edificação. A história dos viventes está cristalizada nas paredes, nas madeiras e nas portas e janelas da velha casa-sede, contando-nos muito sobre a vida dos que nos formaram.

Referências

LUCCAS, Luís Henrique Haas. *Arquitetura das Estâncias e Fazendas do Rio Grande do Sul. Vitruvius. Arqtextos*, n. 110, 2003. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/06.071/363>>. Acesso em: 03.05.2017.

RIO GRANDE DO SUL. **Anais do Arquivo do Patrimônio Histórico do Rio Grande do Sul**. v. 11. Porto Alegre: Arquivo do Histórico do Rio Grande do Sul, 1995.

RITZEL, Mirian Regina Machado. **Fazenda da Tafona: razões históricas para o tombamento pelo conselho municipal do patrimônio histórico-cultural**. Cachoeira do Sul: COMPAHC, 2012.

SILVA, Gemina Vieira da Cunha. **Inventário de João Pereira Fortes - 1812**. Transcrição: Fritz Strohschoen. Cachoeira do Sul: JE Mídia Visual, 2004.

SILVA, Marô Vieira da Cunha. **Entrevista concedida**. Porto Alegre / Cachoeira do Sul (videoconferência), abril de 2017.

ZAMIN, Frinéia. *Tombamento da Fazenda da Atafona*. Parecer. In: **Processo IPHAE n.001831-11.00/13-1**. Porto Alegre: IPHAE, 2016.